

ULP_LR

ULP LAW REVIEW
REVISTA DE DIREITO DA ULP

—
VOL. 13

—
Nº 1

—
Junho 2020

R

GUEST ARTICLES/CONTRIBUIÇÕES DE AUTORES CONVIDADOS

JOACHIM RENZIKOWSKI - TOLERANCE AND THE LIMITS OF CRIMINAL LAW

P. 5

ARTICLES/DOCTRINA

MARIA ODETE OLIVEIRA - O TRATAMENTO DOS FORNECIMENTOS CONJUNTOS DE VÁRIOS BENS, DE VÁRIOS SERVIÇOS, OU DE UMA COMBINAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS EM SEDE DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

P. 77

VARIA

SÍLVIA BESSA VENDA - OTIS II: LIGHT AT THE END OF THE TUNNEL FOR DAMAGES INDIRECTLY CAUSED BY COMPETITION LAW INFRINGEMENTS

P.181



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Índice/Contents

<i>Editorial</i>	[1]
<i>Guest articles/Contribuições de autores convidados</i>	
Joachim Renzikowski <i>Tolerance and the limits of Criminal Law</i>	[5]
Mateusz Klinowski/ Mateusz Stępień <i>Anti-smog regulations in Poland as the case study of the effectiveness of law</i>	[19]
Jorge Reis Bravo <i>Repensar a liberdade de expressão na Era Digital: (ainda) um direito humano?</i>	[35]
<i>Articles/Doutrina</i>	
Maria Odete Oliveira <i>O tratamento dos fornecimentos conjuntos de vários bens, de vários serviços, ou de uma combinação de bens e serviços em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado europeu</i>	[77]
Patrícia Anjos Azevedo Patrícia Alves <i>Reflexos da pandemia (COVID-19) no Direito Administrativo e na Contratação Pública: medidas temporárias e excepcionais; alguns destaques</i>	[103]
Ricardo Sousa da Cunha <i>A delimitação (quase) final da fronteira marítima no Mar de Timor</i>	[129]
Alexandra de Jesus Oliveira Lopes <i>A Subjetividade da CPLP à luz do Direito Internacional Público e o Impacto da mesma sobre a Promoção dos Direitos Humanos no seio do “Espaço de Cooperação Lusófona”</i>	[149]
Pedro Monteiro de Meireles <i>Applicable law to insurance contracts in the light of Rome I Regulation – challenges to cross-border insurance contracts in the EU</i>	[167]
<i>Varia</i>	
Sílvia Bessa Venda <i>Otis II: light at the end of the tunnel for damages indirectly caused by competition law infringements</i>	[181]

EDITORIAL

A *Revista de Direito da ULP / ULP Law Review* (RDULP/ULPLR) surge, neste seu número treze, refundada e com o seu projeto científico subjacente integralmente reformulado.

Após a decisão de cisão da Revista da Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto, originando uma revista exclusivamente dedicada à Ciência Política (1820) e uma outra — esta — dedicada à ciência jurídica, colocou-se com naturalidade a oportunidade de repensar a Revista. E enquanto alternativa ao modelo dos anteriores doze números, abraçou-se o desafio de, beneficiando de um ponto de partida privilegiado, evoluir para um projeto modernizado, orientado para a excelência jurídica e em linha com as *melhores práticas* internacionais.

Com esta matriz editorial solidamente assumida, e com a visão estratégica de projetar a RDULP/ULPLR para o círculo das revistas jurídicas de excelência, construiu-se o enquadramento necessário à sua execução, revendo-se o estatuto editorial da Revista, estabelecendo-se novas regras para os(as) Autores(as) e, sobretudo, introduzindo-se os critérios que internacionalmente se reconhecem como estando na base do rigor da apreciação científica das publicações. É assim que a RDULP/ULPLR surge como uma revista académica com processo de (dupla) arbitragem científica (*double blind peer review*), tornando-se numa das escassas revistas jurídicas publicadas em Portugal com um tal processo rigorosamente implementado.

Um outro pilar estruturante da RDULP/ULPLR assenta na excelência dos seus Conselhos Editorial e de Redação, e a quem a Direção presta o seu público e reconhecido agradecimento. O primeiro, integralmente composto por iminentes académicos internacionais e nacionais e não afiliados à Universidade Lusófona do Porto, representa a

independência enquanto traço essencial à procura da excelência na ciência jurídica. E o segundo representa *qui per integrate* a comunhão plena da Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto na importância que é atribuída à Revista e ao seu sucesso.

A RDULP/ULPLR deve estar aberta e ao serviço da comunidade jurídica. Daí que igualmente se tenha decidido inovar ao estabelecer-se que a mesma passe a ser trilingue (Inglês, Português e Espanhol), de publicação semestral em formato físico e "on-line", e de acesso aberto. Assume-se, portanto e de forma clara, a vocação de internacionalização da Revista, alargando os seus horizontes ao universo além lusófono. E cobre as diferentes áreas do Direito, fomentando a excelência jurídica através dos diversos tipos de contribuições dos(as) Autores(as), pretendendo ser um pólo agregador da comunidade jurídica, ao reunir as contribuições de académicos, magistrados, advogados e demais profissionais do foro ou com ligação às atividades jurídicas, nacionais e internacionais.

A RDULP/ULPLR contribui para o avanço da ciência jurídica através da publicação de contribuições originais, não previamente publicadas nem em processo de publicação em outras Revistas, e constitui-se como um meio competente para a correta e vasta disseminação de tais contribuições, porquanto se promove a atribuição de DOI às mesmas e se cumprem os requisitos exigidos para a sua indexação nas mais exigentes plataformas nacionais e internacionais.

É, portanto, uma Revista que, com história, evolui de forma clara e decidida no sentido da excelência, único caminho a trilhar em Direito.

Neste número de (re)lançamento da Revista, temos o privilégio de poder contar com as contribuições de autores convidados de Joachim

Renzikowski, Mateusz Klinowski/ Mateusz Stępień e Jorge Reis Bravo que, acreditando neste projeto, nos honraram com os seus contributos.

No número treze da RDULP/ULPLR, na secção de Doutrina, o leitor poderá encontrar “O tratamento dos fornecimentos conjuntos de vários bens, de vários serviços, ou de uma combinação de bens e serviços em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado europeu” (Maria Odete Oliveira), como também, no patamar do direito internacional público, se podem contar duas reflexões, por um lado sobre “A delimitação (quase) final da fronteira marítima no Mar de Timor” (Ricardo Sousa da Cunha), por outro lado sobre “A subjectividade da CPLP à luz do Direito Internacional Público e o impacto da mesma sobre a promoção dos Direitos Humanos no seio do Espaço de Cooperação Lusófona” (Alexandra de Jesus Oliveira Lopes). A secção de Doutrina termina com o Direito Internacional Privado, com um estudo sobre “Applicable law to insurance contracts in the light of Rome I Regulation – challenges to cross-border insurance contracts in the EU” (Pedro Monteiro Meireles).

Na *Varia* é analisada uma importante decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia, “Otis II: light at the end of the tunnel for damages indirectly caused by competition law infringements” (Sílvia Bessa Venda).

Resta-nos, enquanto Direção, agradecer aos(às) Autores(as) as suas valiosas contribuições e desejar que os Leitores encontrem na RDULP/ULPLR o contributo que buscam para a concreta discussão e dialética jurídicas dos diversos temas que aborda e trata.

EDITORIAL

The ULP Law Review (RDULP/ULPLR) appears, in this issue thirteen, refounded and with its underlying scientific project fully reformulated.

After the decision to split the Journal of the Faculty of Law and Political Science of the Universidade Lusófona do Porto, originating a journal exclusively dedicated to Political Science (1820) and another - this one - dedicated to legal science, the opportunity to rethink the Journal was naturally presented. And as an alternative to the model of the previous twelve numbers, the challenge was taken up to evolve, benefiting from a privileged starting point, into a modernized project, oriented towards legal excellence and in line with the best international practices.

With this editorial matrix firmly assumed, and with the strategic vision of projecting the RDULP/ULPLR for the circle of legal journals of excellence, the necessary framework for its execution was built, reviewing the editorial status of the Review, establishing new rules for Authors and, above all, introducing the criteria that are internationally recognized as being at the basis of a rigorous scientific appreciation of publications. This is how RDULP/ULPLR emerges as an academic journal with a process of (double) scientific arbitration (double blind peer review), becoming one of the few legal journals published in Portugal with such a process rigorously implemented.

Another structuring pillar of RDULP/ULPLR is the excellence of its Editorial and Advisory Boards, to whom the Executive Board expresses its public and recognized gratitude. The first, entirely composed of imminent international and national academics and not affiliated to the Universidade Lusófona do Porto, represents independence as an essential feature in the search for excellence in legal science. And the second one represents *qui per integrate* the full communion of the Faculty of Law and Political Science of the Universidade Lusófona do

Porto in the importance that is attributed to the Law Review and its success.

RDULP/ULPLR must be open and at full service to the legal community. Therefore, it was also decided to innovate by establishing that it becomes trilingual (English, Portuguese and Spanish), with biannual publication in physical and on-line format, and open access. Therefore, it clearly assumes the internationalization aim of the journal, broadening its horizons to the universe beyond Lusophony. It covers the different areas of law, fostering legal excellence through the various types of contributions of the Authors, pretending to be an aggregating pole of the legal community by bringing together the contributions of academics, magistrates, lawyers and other legal practitioners or with links to legal activities, national and internationally.

RDULP/ULPLR contributes to the advance of legal science through the publication of original contributions, not previously published or in process of publication in other journals, and is a competent vehicle for the correct and wide dissemination of such contributions, as it promotes the attribution of DOI and meets the requirements for their indexation in the most demanding national and international platforms.

It is, therefore, a journal that, with history, evolves clearly and decisively towards excellence, the only path to follow in Law.

In this issue of the (re)launch of the Journal, we have the privilege of being able to have guest articles by Joachim Renzikowski, Mateusz Klinowski/ Mateusz Stępień and Jorge Reis Bravo who, believing in this project, honored us with their contributions.

In issue thirteen of RDULP/ULPLR, in the Articles section the reader can find "The treatment of joint supplies of various goods, various services, or a combination of goods and services in the European Value Added Tax" (Maria Odete Oliveira), and at the level of public international

law, there are two analysis, on the one hand on "The (almost) final delimitation of the maritime border in the Timor Sea" (Ricardo Sousa da Cunha), and on the other hand on "The subjectivity of the CPLP in the light of Public International Law and its impact on the promotion of Human Rights within the Lusophone Cooperation Area" (Alexandra de Jesus Oliveira Lopes). The Doctrine section ends with Private International Law, with a study on "Applicable law to insurance contracts in the light of Rome I Regulation - challenges to cross-border insurance contracts in the EU" (Pedro Monteiro Meireles).

An important decision of the European Court of Justice, "Otis II: light at the end of the tunnel for damages indirectly caused by competition law infringements" (Sílvia Bessa Venda), is analysed in *Varia*.

The Executive Board thanks the Authors for their valuable contributions and wishes that the Readers find in RDULP/ULPLR the contribution they seek for the concrete discussion and legal dialectics of the various topics that it addresses and deals with.

Inês Fernandes Godinho

(Director)

Cláudio R. Flores

(Subdirector)

Nuno Castro Marques

(Subdirector)